



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE BRODOWSKI

FORO DE BRODOWSKI

VARA ÚNICA

Av. Papa João XXIII, 1550, ., Jd. Champagnat - CEP 14340-000, Fone:
(16) 3664-2777, Brodowski-SP - E-mail: brodowski@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1000936-85.2021.8.26.0094**
Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços**
Exequente: **ANTÔNIO DONIZETI MACHADO**
Executado: **LUIZ FERNANDO SALA**

Juiz de Direito: Dr. **DANIEL DIEGO CARRIJO**

Vistos.

Trata-se de execução de título extrajudicial ajuizada por **Antônio Donizeti Machado** contra **Luiz Fernando Sala**, todos devidamente qualificados.

Às fls. 91, houve a penhora da motocicleta Honda CG 160, placa GDB6860, bem como do veículo R/Free Hobby FH1, placa FJD5194.

Após a constatação e avaliação apenas da motocicleta conscrita (fls. 100), o executado apresentou impugnação à penhora (fls. 112).

Decisão de fls. 133 homologou o acordo entabulado entre as partes (fls. 119/120) e suspendeu o feito até a satisfação do transacionado.

Em petição de fls. 136, o exequente informou o descumprimento do pactuado e pleiteou a realização de leilão judicial da motocicleta, o que foi indeferido pela decisão de fls. 138/139, porquanto pendente a solução sobre a impugnação apresentada.

Contraditório exercido pela parte exequente (fls. 146/149).

Os autos vieram conclusos.

É o relato do essencial.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A impugnação à penhora apresentada pelo executado não merece ser acolhida.

De fato, os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado são impenhoráveis,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE BRODOWSKI

FORO DE BRODOWSKI

VARA ÚNICA

Av. Papa João XXIII, 1550, ., Jd. Champagnat - CEP 14340-000, Fone:
(16) 3664-2777, Brodowski-SP - E-mail: brodowski@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

nos termos do art. 833, inciso V, do Código de Processo Civil.

Frise-se que “*a justificativa para a impenhorabilidade prevista no dispositivo legal ora comentado, reside justamente na natureza alimentar de tais verbas, donde a penhora e a futura expropriação significariam uma indevida invasão em direitos mínimos da dignidade do executado, interferindo diretamente em sua manutenção, no que tange às necessidades mínimas de habitação, transporte, alimentação, vestuário, educação, saúde etc.*” (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil: volume único. Salvador: Juspodivm, 2017; pág. 1141).

No ponto, esclareço que o ônus probatório da impenhorabilidade prevista no artigo acima transcrito incumbe integralmente à parte que a alega.

In casu, a constrição sobre a motocicleta de placa GDB6860 deve ser mantida.

Isso porque, sem embargo das alegações da parte executada, não há provas – tampouco indícios – de que o veículo constrito seja efetivamente utilizado no exercício de sua atividade profissional.

Veja-se que este juízo concedeu à parte a oportunidade para comprovar em que medida o veículo seria utilizada ao exercício da profissão (fls. 138/139), porém, a parte se limitou a afirmar, genericamente, que já havia comprovado o alegado (fls. 142), uma vez que, às fls. 126/128, acostou fotos que demonstram que a motocicleta seria seu meio de transporte para se deslocar aos seus trabalhos como pedreiro e para carregar suas ferramentas. Todavia, não é essa a extensão permitida pelo dispositivo legal.

Com efeito, nos termos do que acima esclarecido, o art. 833, inciso V, do Código de Processo Civil dita que são impenhoráveis os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis **necessários ou úteis ao exercício da profissão** do executado.

Na hipótese dos autos, não há qualquer indicativo de que o bem seja efetivamente necessário ao exercício do trabalho, cuja natureza sequer está comprovada nos autos. Nesse diapasão, ainda que reflita comodidade, o fato do veículo ser meio de locomoção para o exercício de trabalhos diversos não enseja a proteção legal de impenhorabilidade, cuja teleologia deve ser interpretada restritivamente.

É dizer: impenhorável é o veículo utilizado como instrumento do próprio mister



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE BRODOWSKI

FORO DE BRODOWSKI

VARA ÚNICA

Av. Papa João XXIII, 1550, ., Jd. Champagnat - CEP 14340-000, Fone:
(16) 3664-2777, Brodowski-SP - E-mail: brodowski@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

(taxi, uber, caminhão, fretes, dentre outros).

De mais a mais, ainda que se considere o exercício do trabalho enquanto pedreiro autônomo, à luz das regras de experiência comum, subministradas pela observação do que ordinariamente acontece (artigo 357 do CPC), não é crível presumir que o veículo constricto seja essencial ao exercício da profissão, até porque o ramo de negócio não pressupõe oferecimento itinerante de quaisquer materiais ou transporte de mercadorias e bens.

Em verdade, a facilidade proporcionada ao executado pelo uso da motocicleta não se confunde com sua essencialidade para o exercício de atividades profissionais.

Sobre o tema, assim já se posicionou o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Cumprimento de sentença. Insurgência contra decisão que rejeitou a impugnação à penhora de veículo automotor. Reforma impertinente. **Não restou provado que o automóvel é utilizado como instrumento de trabalho da parte executada, tampouco que está incapacitada de se locomover por outros meios.** Veículo que, por sua vez, não se encontra elencado no rol de bens impenhoráveis previsto no artigo 833 do CPC. Natureza alimentar do crédito. Honorários sucumbenciais. Decisão mantida. Adoção do art. 252 do RITJ. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2104084-81.2024.8.26.0000 Suzano, Relator: Jair de Souza, Data de Julgamento: 18/06/2024, 10ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/06/2024)

Contratos bancários. Ação de cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença. Penhora de veículo automotor. Impugnação à penhora, sob o fundamento da essencialidade do bem ao desenvolvimento da atividade empresária da devedora. Rejeição. Manutenção. Essencialidade não configurada. O objeto social da empresa coexecutada é o comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares. Seu objeto social não prevê o transporte de mercadorias. São essenciais ao desenvolvimento da atividade empresária da coexecutada aqueles diretamente ligados à comercialização de seus produtos. **O veículo penhorado não pode ser considerado essencial para aquele fim. A facilidade proporcionada por seu uso não se confunde com a essencialidade para o exercício de atividades profissionais.** É perfeitamente possível a adoção, pela coexecutada, de medidas alternativas para a entrega dos produtos por ela comercializados, sem qualquer prejuízo à continuidade da atividade empresarial. Aceitar a tese por ela defendida seria o mesmo que tornar impenhorável todo e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE BRODOWSKI

FORO DE BRODOWSKI

VARA ÚNICA

Av. Papa João XXIII, 1550, ., Jd. Champagnat - CEP 14340-000, Fone:
(16) 3664-2777, Brodowski-SP - E-mail: brodowski@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

qualquer veículo utilizado como meio de transporte. **Não há dúvidas de que o veículo lhe é útil, e que sua constrição pode ensejar prejuízos. No entanto, isso não é suficiente para o reconhecimento da impenhorabilidade. Eventual prejuízo não se confunde com inviabilização da atividade empresarial.** E o escopo da norma não é (e nem pode ser) evitar prejuízo ao devedor em detrimento do direito do credor. Não bastasse isso, a empresa coexecutada não comprovou nem minimamente que o veículo é utilizado para transporte de suas mercadorias. Se o veículo fosse mesmo utilizado como ferramenta de trabalho da coexecutada, não lhe seria difícil comprovar tal fato. Poderia ela haver trazido aos autos, e.g., conhecimentos de transporte. Agravo não provido. (TJ-SP - AI: 22206533920228260000 SP 2220653-39.2022.8.26.0000, Relator: Sandra Galhardo Esteves, Data de Julgamento: 16/11/2022, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/11/2022)

Isto posto, sem mais delongas, não logrou a parte executada comprovar a essencialidade do veículo no exercício de atividade profissional e, bem por isso, **REJEITO** a impugnação à penhora e mantenho hígida a constrição do bem.

Preclusa e inalterada a presente decisão sem a interposição de recursos voluntários, intime-se a parte exequente, por ato ordinatório, a requerer o que entender de direito em termos de prosseguimento.

Intime-se. Cumpra-se.

Brodowski, 10 de outubro de 2024.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**